

caderno de retorno

## **Resenha do livro: “Crianças e Adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais: direitos e atendimento em perspectiva intercultural”**

**Reseña del libro: “Niños, Niñas y Adolescentes de Pueblos y Comunidades Tradicionales: derechos y asistencia desde una perspectiva intercultural”**

**Book Review: “Children and Adolescents from Traditional Peoples and Communities: rights and assistance from an intercultural perspective”**

**Marcia Guedes Vieira<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/Núcleo de Estudos da Infância e Juventude, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: marcia.guedes.vieira@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1601-4322>.

Submetido em 29/07/2023.

Aceito em 29/07/2023.

### **Como citar este trabalho**

VIEIRA, Marcia Guedes. Resenha do livro: “Crianças e Adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais: direitos e atendimento em perspectiva intercultural”. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 697-702, jul./dez. 2023.

**insurgência**

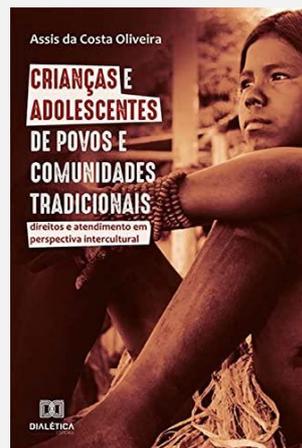
*InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais* | v. 9 | n. 2 | jul./dez. 2023 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS  
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.  
Este trabajo es licenciada bajo una Licencia Creative Commons 4.0.  
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

## Resenha do livro: “Crianças e Adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais: direitos e atendimento em perspectiva intercultural”

OLIVEIRA, Assis da Costa. *Crianças e Adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais: direitos e atendimento em perspectiva intercultural*. São Paulo: Dialética, 2022.



O livro “Crianças e Adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais: direitos e atendimento em perspectiva intercultural”, de autoria de Assis da Costa Oliveira, professor da Universidade Federal do Pará, é fruto de uma trajetória de estudos, debates, ativismo e partilhas com gente empenhada a enfrentar as violações a que estão submetidas as crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais, e que precisam lidar muitas vezes com a invisibilidade, a falta de recursos humanos, de estrutura, de recursos financeiros e falta de justiça.

A obra está estruturada em 4 capítulos, tendo como base a Resolução N°. 181/2016 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que trata dos parâmetros jurídicos e operacionais do respeito à diversidade cultural nos direitos de crianças e adolescentes, a partir da qual retoma o processo de concepção, tramitação e publicação da Resolução, e faz uma análise primorosa e em profundidade do seu conteúdo; destaca, ainda, a importância de se avançar em relação à Resolução N°. 91/2003 do Conanda, a qual timidamente procurou contemplar indígenas crianças e adolescentes para suprir uma ausência das diferenças étnicorraciais nas normas jurídicas e práticas socioestatais.

O livro apresenta um estudo robusto sobre uma área ainda em processo de construção e sensibilização que é o atendimento dos direitos de crianças e adolescentes de comunidades tradicionais e o desafio de construí-lo com base na interculturalidade. O estudo busca romper com o silenciamento e derrubar o muro do invisível, como dito no lindo prefácio do livro, escrito por Elisa Costa, Presidenta da Associação Internacional Maylê Sara Kalí, e enfrentar o desafio de

estabelecer um caminho metodológico que contemple a todos os grupos étnicos, calcado na interculturalidade, na adequação ao contexto local, no respeito às concepções plurais de infâncias e adolescências, assim como na

internalização dos direitos coletivos de povos e comunidades tradicionais (OLIVEIRA, 2022, p. 18).

O tema da cultura ainda é um tabu no campo dos direitos da infância, porque é uma área ainda dominada por uma perspectiva ocidental de Direitos Humanos, que enquadra o diverso em um único universo, pois, como dito por Santos (2003), por mais que cada cultura compreenda os seus valores como os mais importantes, somente os ocidentais os pensam como universais.

O livro questiona a manutenção da colonialidade do poder que persiste na sociedade brasileira, e que dá suporte às iniquidades nas relações sociais, de gênero e étnico-raciais que vivenciamos no dia a dia. O tema da cultura no campo das políticas públicas ainda é um aspecto a ser mais desbravado e esse livro se propõe a discutir essa questão de frente, tanto nos aspectos teóricos como na sua abordagem e aplicabilidade na atenção aos direitos das crianças e dos adolescentes na sua diversidade cultural e étnica. Ao pensar o tema da cultura no campo das políticas públicas, o autor nos remete à perspectiva de Roger Bastide (*apud* CUCHE, 1999), de que não é possível estudar cultura descolada do social, para não incorrerem no erro de reduzir a compreensão dos fenômenos apenas no campo cultural, ou o contrário, de reduzir os fenômenos culturais a fatos sociais.

Com essa obra, o professor Assis nos convida a pensar fora da caixa, a pensar fora do nosso quadrado teórico, prático, jurídico e institucional. Ao pensar sobre cultura e sobre interculturalidade nos deparamos com a desnaturalização do que parece normal, adequado, padronizado. O livro ressalta a importância de se olhar as questões culturais como mais um elemento a ser considerado no campo das políticas públicas.

Outra contribuição importante é a sistematização e análise da história desde quando o tema da diversidade passou a ser objeto de discussão e de tomada de decisão em diferentes espaços, mas principalmente no Conanda, resultando na Resolução 181.

Com esse trabalho, ancorado nas experiências vividas como docente e na troca com diversos atores engajadas e engajados em trazer a diversidade para a pauta política da infância, o livro contribui para o estabelecimento de diretrizes metodológicas para orientar a compreensão, a interação e a atuação com sujeitos culturalmente diferenciados, buscando trazer orientações de como colocar em prática o conteúdo normativo da Resolução 181 do Conanda.

O livro chama a atenção para diversos aspectos que precisam ser observados quando se pretende ter um olhar intercultural. Um deles, o qual consideramos como questão central, e já citado anteriormente, é a crítica à perspectiva universalista de Direitos Humanos, quando isso invisibiliza crianças e adolescentes

de povos tradicionais. Outro destaque do livro refere-se aos aspectos institucionais necessários para construir um atendimento intercultural ou culturalmente adequado, pois além do reconhecimento das diversas infâncias existentes, é necessário, dependendo da realidade de cada local, um reordenamento, uma reorganização institucional para que se possa realmente realizar um atendimento intercultural.

E isso remete também à necessidade de conhecimento, por parte dos/das profissionais do Sistema de Garantias dos Direitos da criança e do adolescente e da sociedade, dos conteúdos jurídicos existentes na legislação de povos e comunidades tradicionais; da importância da “compreensão da legalidade e da legitimidade de aplicação de institutos jurídicos de povos e comunidades tradicionais” (OLIVEIRA, 2022, p. 113). O livro do professor Assis traz à tona a complexidade da pertença das crianças e adolescentes de povos tradicionais a dois mundos jurídicos, a dois mundos “normativos (os direitos de crianças e adolescentes, por um lado, e os direitos de povos e comunidades tradicionais, por outro) em todos os atos de suas vidas, no plano individual e coletivo” (OLIVEIRA, 2022, p. 111).

A obra chama a isso de *transversalização de direitos*, que “significa a aplicação de forma complementar, mas em igualdade de consideração dos campos jurídicos destinados aos dois segmentos sociais, e que são fusionados nas infâncias e adolescências de povos e comunidades tradicionais” (OLIVEIRA, 2022, p. 113). Essa complementariedade reflete a “capacidade de acionar os institutos de um campo jurídico para suprir lacunas existentes em outro campo jurídico, assim possibilitando um mútuo beneficiamento, ao invés da hierarquização/polarização”.

Por isso, é tão importante o destaque feito pelo livro sobre a importância e a condição fundamental de se conhecer as pessoas e como elas vivem, os territórios, locais de moradia, enfim, as suas condições de vida, em especial os aspectos culturais.

O livro “Crianças e Adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais: direitos e atendimento em perspectiva intercultural” desafia o que nós achamos que sabemos. Ele nos apresenta as expressões *flexibilidade metodológica e rigidez principiológica*, nos desafiando a transitar por diferentes possibilidades metodológicas para lidar e experienciar a diversidade dos universos infanto-juvenis, mas sem renunciar a princípios.

Por fim, vemos nessa obra uma declaração em defesa da autodeterminação e de participação dos povos e comunidades tradicionais e de suas crianças e adolescentes, evidenciada logo na introdução, em que o autor adverte:

aviso, desde já, que, para além das formulações teóricas sobre o que venha a entender por intercultural ou culturalmente adequado, esta classificação ou qualificação cabe em última instância aos próprios povos e comunidades tradicionais, quando avaliam se determinado serviço se tornou adequado para atender suas crianças e adolescentes, respeitando suas diferenças culturais e expectativas sociais (OLIVEIRA, 2022, p. 18).

## Referências

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999. 260 p.

OLIVEIRA, Assis da Costa. *Crianças e Adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais: direitos e atendimento em perspectiva intercultural*. São Paulo: Dialética, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Reconhecer para Libertar – Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 429-461.

## **Sobre a autora**

### **Marcia Guedes Vieira**

Doutora em Ciências Sociais (ELA/UnB); Pesquisadora Colaboradora Sênior, do Núcleo de Estudos da Infância e Juventude (NEIJ) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM/UnB).